

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS
REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº DE 2004.
(Do Sr. Edson Duarte)

Solicita que seja convidado o Excelentíssimo Sr. ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para debater a política do Governo para os índios.

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requeremos à Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, que seja convidado o Excelentíssimo Sr. ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para debater a política do Governo para os índios.

JUSTIFICAÇÃO

A questão indígena tem se tornado motivo de muitos debates neste país. Queixam-se as entidades representantes dos índios da falta de uma política para os povos indígenas. Neste momento, estão ocorrendo várias manifestações de povos indígenas, alguns denunciam a violência física a que estão sendo sujeitos, outros a invasão de suas terras; há etnias indígenas cobrando a homologação do seu território. Há, enfim, uma série de questionamentos.

A violência contra o índios, infelizmente, é uma realidade em nosso país. Até o final do ano passado mais de 26 lideranças indígenas foram assassinadas. Só em Roraima, foco de uma grande disputa entre índios e fazendeiros, em 2003 foram registrados 21 tentativas de homicídio, 54 ameaças de morte, 51 agressões físicas, 80 casas destruídas, 71 prisões ilegais, 5 roças queimadas e 5 cárceres privados. Lá temos o imbróglio criado com a não-demarcação da terra indígena Raposa serra do Sol. Ainda com relação à violência, cumpre registrar que na Bahia os Pataxó estão sendo diariamente submetidos a constrangimentos e ameaças de morte pelo fazendeiros.

Nosso convite ao ministro é para que esclareça qual a política do Governo para a questão indígena. Nos esclareça como estão sendo procedidas as demarcações, como tem agido para reprimir a violência contra os povos indígenas, qual o papel da Funai, o que tem feito para reprimir a biopirataria em terras indígenas, a invasão de fazendeiros, mineradoras e madeiras. Precisamos saber a posição do Governo com relação ao Estatuto do índio. Todas essas questões, como se percebe, são atuais e pedem um posicionamento.

Em virtude da importância e da urgência do debate, solicitamos aos nobres pares o apoio a esta proposta.

Sala da Comissão, em

março de 2004

EDSON DUARTE
Deputado PV-BA